

# Porque a *French Theory* não existe<sup>1</sup>

Isabelle Alfandary<sup>2</sup>

Tradução de Ivi Fuentealba Villar

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC

**Resumo:** O artigo procura estabelecer se o que se entende normalmente por *French Theory* é um simples produto de importação americano, ou se a “teoria francesa” existe para além das fronteiras da cena acadêmica norte americana. Os filósofos que supostamente pertencem a esse movimento conceberam obras fundamentalmente heterogêneas e singulares. O artigo tenta, no entanto, caracterizar a “teoria francesa” senão como um corpus de obras coerente, ao menos como uma comunidade de leituras críticas e leitores dissidentes.

**Palavras-chaves:** French Theory, pensamento francês, teoria crítica, crítica, comentário.

## *Why the French Theory doesn't exist*

**Abstract:** The article seeks to question whether what is commonly referred to as “French Theory” is a sheer American import product or whether “French Theory” exists beyond the confines of American academia. The philosophers that supposedly belong together under such a label happen to have come up with fundamentally heterogeneous, singular works. The article attempts however to characterize “French Theory”, if not as a consistent body of thought, at least as a community of dissenting readers and of critical readings.

**Keywords:** French Theory, French thought, critical theory, critics, commentary

## *Pourquoi la « French Theory » n'existe pas*

**Resumé :** L'article cherche à établir si ce que l'on entend communément par « French Theory » est un simple produit d'importation américain ou si la « théorie Française » existe au-delà des frontières de la scène académique américaine. Les philosophes qui appartiennent supposément à ce mouvement ont conçu des œuvres foncièrement hétérogènes et singulières. L'article tente toutefois de caractériser la « théorie Française », sinon comme un corpus d'œuvres cohérent, du moins comme une communauté de lectures critiques et de lecteurs dissidents.

**Mots-clés :** French Theory, pensée française, théorie critique, critique, commentaire.

<sup>1</sup> Artigo disponível em: <https://doi.org/10.4000/palimpsestes.4769>. Os direitos de tradução e publicação foram gentilmente cedidos pela autora, em comunicação via e-mail. Manifestamos aqui nosso sincero agradecimento.

<sup>2</sup> Isabelle Alfandary é filósofa e psicanalista francesa, professora de literatura americana na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3. É também presidente da Assembleia Colegial do *Collège International de Philosophie* onde dirige um programa na intersecção entre filosofia e psicanálise. É especialista em modernismo americano e relações entre psicanálise, filosofia e literatura, autora de várias monografias. Citamos aqui três dentre elas: a primeira sobre o poeta modernista E. E. Cummings (*E.E. Cummings* ou *La minuscule lyrique*, Belin Editeur, 2002), outra cujo assunto é a poesia modernista americana (*Le Risque de la lettre : lectures de la poésie moderniste*. ENS-Éditions, 2012), e uma terceira, a leitura das obras de Derrida e Lacan, consideradas através do prisma da questão da escrita: *Derrida-Lacan: l'écriture entre psychanalyse et déconstruction* (Ed. Hermann, 2016). Em 2021 lançou o livro *Science et Fiction Chez Freud: Quelle épistémologie pour la psychanalyse?* pela Editions d'Ithaque.

\*\*\*

Começarei por quatro questões, às quais tentarei responder dentro do que segue: o que é a teoria francesa? A teoria francesa é realmente francesa? A teoria francesa é teoria? O que é teoria, e por que ter renunciado a essa disciplina há muito tempo conhecida como “filosofia”?

Essas questões podem parecer numerosas ou amplas demais; no entanto continuam sendo não menos pertinentes para interrogar o que os críticos, professores, estudantes, historiadores, sociólogos, artistas, jornalistas, todos, enfim, chamam normalmente de *teoria francesa*, mais conhecida ainda sob o nome de *French Theory*, em inglês, no texto. A razão dessa explicação textual, a partir de uma denominação que foi largamente compartilhada, e que floresceu, encontra sua origem em um mal-estar crescente que sentimos utilizando ou ouvindo esse termo por vários anos.

Meu título “Porque a *French Theory* não existe” pode parecer deliberadamente provocador. Sua escolha, no entanto, não denota apenas um jogo espirituoso de palavras. O termo *French Theory* encobre alguns mal-entendidos, os quais considero útil esclarecer. E, além do mais, me parece o resultado de uma série de questões ou problemáticas cruciais da ordem da crítica.

### **A exceção filosófica francesa**

Não é a presidente em exercício que sou, do *Collège international de philosophie*, instituição fundada em 1983 por Jacques Derrida, Dominique Lecourt, François Châtelet e Jean-Pierre Faye por decreto presidencial, que sustentaria que o pensamento francês ou a filosofia francesa não existem. Gostaria de voltar-me brevemente à história do *Collège international de philosophie*, pois seu destino está, ao menos em parte, ligado ao que chamamos de “pensamento francês”, ou *French Theory*. Há, de fato, na França, uma tradição filosófica, uma relação idiossincrática da França, e mais singularmente da língua francesa, com a filosofia. Essa relação, que remonta a René Descartes e sua decisão de escrever na língua materna, passa pelo Iluminismo francês e a Enciclopédia de Diderot e d’Alembert, atravessando o século XIX até a invenção do Ecletismo por Victor Cousin, teoria que continua a transmitir o ensino da filosofia no ensino médio francês. A filosofia francesa foi marcada, a partir de Cousin, pelo ensino e transmissão da tradição e da história da filosofia. A França, assim, criou e sustentou uma tradição e uma posição filosófica singular face a uma tradição filosófica que não cessou de pesar mais ou menos

abertamente sobre os filósofos franceses: a tradição alemã, considerada por muitos dentre eles com admiração e inveja.

Poderíamos dizer que a França encontrou, a partir do século XIX, uma maneira de existir, senão de rivalizar com a Alemanha, deslocando para o campo político os modos de produção e os desafios da transmissão do conhecimento filosófico. É preciso apenas considerar que a França é um dos raros países, se não o primeiro, a instaurar a obrigatoriedade das aulas de filosofia para todos os alunos do último ano do ensino médio, independentemente da via profissional que seguirá em seus estudos. Há, incontestavelmente, um estatuto de exceção do filosófico na França. A história do *Collège international de philosophie* está ela mesma ligada a uma associação fundada por Jacques Derrida em 1974, o GREPH (*Groupe de Recherches sur l'enseignement supérieur philosophique*), criado para defender o ensino da filosofia e proclamar o que o filósofo designará pela noção de “direito à filosofia” em um texto posterior (DERRIDA, 1990a).

Como as aulas de filosofia do final do ensino médio à qual seu destino está atrelado, o *Collège international de philosophie* é uma anomalia institucional. Fundado por decreto da presidência da República Francesa, o *Collège* é um hápax na história das instituições filosóficas: é a única instituição filosófica que não é nem uma universidade, nem um grupo de pesquisa, e se beneficia de uma dotação orçamentária de um Estado democrático que não lhe impõe nenhum retorno em contrapartida, nem controle algum. Quantos estados democráticos no mundo sustentam hoje instituições filosóficas perfeitamente independentes e totalmente soberanas? O *Collège* não expede diplomas; todas as atividades são abertas a quem queira bater à porta. Pratica-se ali modos de intervenções filosóficas originais e deliberadamente não acadêmicas, como visitas filosóficas de museus, ágoras filosóficas com públicos variados, assim como seminários de filosofia muito pontuais. A ideia dos fundadores do *Collège* era a de um lugar onde a filosofia pudesse se expor ao seu exterior, confrontando-se com a alteridade política, social, cultural, artística, segundo a modalidade de intersecção disciplinar. A filosofia cessaria então de se colocar como “rainha das disciplinas”, assim como a concebia Immanuel Kant (KANT, 1935), para entrar diretamente em contato, em ressonância e, por que não, em conflito com o mundo: “Esse *Collège International* não seria somente Colégio de Filosofia, mas um lugar de questionamento *sobre* a filosofia (DERRIDA, 1990<sup>a</sup>, p. 577), segundo os termos do relatório dito *rapport bleu*<sup>3</sup> redigido por seus co-fundadores.

---

<sup>3</sup> Relatório apresentado em 30 de setembro de 1982 a Jean-Pierre Chevènement, ministro do Estado, Ministro da Pesquisa e da Indústria, por François Châtelet, Jacques Derrida, Jean-Pierre Faye, Dominique Lecourt.

Notemos que cada vez que se tratava de contestar o ensino da filosofia para toda uma faixa etária, como pode ter sido o caso até recentemente, numerosas vezes, filosóficas ou não, se levantaram na França para defender o que é considerado senão como um direito constitucional, ao menos como uma aquisição republicana. Pouco numerosos são os países onde o ensino da filosofia é assim portador – com ou sem razão, aliás – de uma tal carga política e civil.

A filosofia então não é concebida simplesmente como disciplina na França, como é o caso na Alemanha ou na Grã-Bretanha. Ela se beneficia de um estado de exceção. O direito à filosofia é concebido na França - ao menos esta é a minha hipótese - como a condição de possibilidade do exercício de um direito crítico ou de um direito político. E o que chamamos de “teoria francesa” não é estranho à história da relação da França com a filosofia e com o filosófico, que pode ter assumido a imagem de “filosofia pop”, como chamou Gilles Deleuze. Nessa expressão, entende-se o adjetivo “pop” como em “pop art” ou “pop music”: a apócope não deve obliterar o sema de “popular”, “que diz respeito ao povo”, no sentido em que se entendia esta palavra no século XIX, “destinado ao grande público”, como se diz hoje em dia.

Quem são os filósofos considerados pertencentes à *French Theory*? Muitos dentre eles pontuaram a história do *Collège international de philosophie*, e mais amplamente a história da filosofia francesa do último quarto do século vinte: Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Jacques Rancière, Alain Badiou, Jean-Luc Nancy, Philippe Lacoue-Labarthe, Jacques Lacan, Félix Guattari, Louis Althusser, Julia Kristeva, Hélène Cixous, Bruno Latour; essa lista, claro, não é exaustiva. Colocadas essas premissas, como sustentar que a *French Theory* não existe?

Primeiro porque a “French Theory” não é um movimento coerente, e nem mesmo é um movimento aos olhos daqueles que supostamente a constituem, assim como ela não é um conjunto de pensadores e pensadoras pensando em uma mesma voz ou em um mesmo sentido – nem político – longe disso.

### **Na encruzilhada das línguas**

A razão mais profunda da minha resistência ao nome *French Theory* tem a ver com o fato de que, conforme acredito, a teoria francesa não é nem exclusivamente francesa, nem essencialmente francesa. Vou me explicar sobre o valor de cada um desses dois advérbios. Começemos pelo primeiro. A *French Theory* não é exclusivamente francesa. À lista de nomes que acabo de citar, seria preciso acrescentar os de Giorgio Agamben, Sa-

muel Weber, Avital Ronell, Judith Butler, Homi Bhabha, Edward Said, Slavoj Žižek, Antonio Negri, Fredric Jameson, Friedrich Kittler, Werner Hamacher e outros ainda. Existe um número considerável de pensadores que se situam na esteira da dita teoria francesa e não são franceses nem por nacionalidade nem por língua materna.

Poder-se-ia objetar a isso que a teoria francesa é chamada “francesa” pelo fato de que seu corpus de *origem* é composto de obras inicialmente escritas em língua francesa. O francês não é, todavia, a língua franca da teoria francesa. O que é incontestável, por outro lado, é que a questão da língua é decisiva para todos os autores da “teoria francesa”. Se fosse necessário encontrar uma temática para reunir estes últimos sob uma bandeira comum, essa poderia ser a da tradução. A questão da língua não deve ser entendida de um ponto de vista estritamente filológico ou linguístico: se a tradução entre as línguas naturais questiona esses autores, a questão da tradução entre os discursos e entre as disciplinas está igualmente no cerne de suas interrogações. Basta considerar a noção de “linguagem do Outro” (entendida como “tesouro do significante”) proposta por Jacques Lacan – linguagem do Outro, a qual sabemos o quanto é decisiva na constituição psíquica do sujeito – ou, na outra extremidade do espectro teórico, a questão do mutismo do louco, do homossexual, do delinquente, para retomar a tríade repressiva revelada por Michel Foucault. Seja o inconsciente como linguagem ou o “grande confinamento” da *Histoire de la Folie à l’Âge Classique* (FOUCAULT, 1972a), a língua, suas modalidades e seus modelos são centrais para as elaborações dos pensadores da dita “teoria francesa”. O livro de Jacques Derrida, “*O Monolingüismo do Outro*”, é emblemático das reflexões sobre a língua e articula a questão da língua à da identidade. Citarei três máximas que pontuam o livro e que seu autor glosa longamente: “*Sim, eu só tenho uma língua. Mas não é a minha.*” (DERRIDA, 1996, p. 15) E estas duas outras que declinam a primeira: “*1. Nunca falamos mais do que apenas uma língua. Nunca falamos apenas uma língua*” (ibid, p. 21) A obra inteira de Jacques Derrida poderia, neste sentido, ser (re)lida sob a luz da questão da língua, da pluralidade das línguas e de sua tradução possível e impossível.

A realização sem dúvidas mais brilhante da *French Theory*, em relação à questão da pluralidade das línguas, é o *Vocabulaire Européen des philosophies*, cujo subtítulo é *Dictionnaire des intraduisibles*. Dirigido por Barbara Cassin (CASSIN, 2004)<sup>4</sup>, é objeto de um grande número de traduções, já publicadas ou em curso, cuja versão inglesa foi lançada em 2014 sob a direção de Emily Apter, Jacques Lezra e Michel Wood (CASSIN,

<sup>4</sup> Há uma edição brasileira, bastante reduzida (318 p.), não correspondendo ainda à edição completa em francês (1.560 p.): CASSIN, Barbara et al. *Dicionário dos intraduzíveis: Um vocabulário das filosofias*. Volume um: Línguas. Tradução e organização Fernando Santoro e Luísa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. NT

2014). O objetivo do *Vocabulaire* é explorar as relações complexas que ligam o idioma filosófico às línguas naturais das quais saiu e foi tecido. A hipótese da qual ele procede é que a linguagem da filosofia é sensível às línguas de seus autores, que o conceito não é abstrato nem imune a qualquer inscrição na rede da língua materna na qual ele se formula. Esta reticularidade do conceito é de natureza lexical e sintática. Certas noções, tais como *Ereignis* ou *gender*, para citar apenas duas, destacam uma certa intraduzibilidade pós-babeliana entre as línguas, à qual o projeto inteiro procura dar forma: o que interessa aos autores do dicionário, artigo após artigo, é a dívida de cada conceito com a história linguística e mesmo literária da língua de onde ele saiu, e o quanto cada conceito pode ser comparado a outros conceitos tirados de outras línguas. A língua da filosofia não está sozinha: ela não está ao abrigo de influências plurais, de intertextos e subentendidos que ganham ao serem descobertos e elaborados. A própria palavra “teoria” não foi esquecida na edição americana assinada por Emily Apter, Jacques Lezra e Michael Wood - três outros teóricos da *French Theory* que não são menos americanos. Na introdução, lembram que *theorein* significa, em grego antigo, ver, observar, mas também viajar para regiões longínquas; em latim, *theoria* faz referência a um estado de observação, mas igualmente, por extensão, a uma missão diplomática. A *French Theory* deve ser entendida em tradução na medida em que interroga até no seu nome a traduzibilidade ao mesmo tempo que a intraduzibilidade do princípio das noções, a distância entre a tradução necessária dos conceitos filosóficos entre as línguas e o resto da intraduzibilidade não solúvel da passagem de uma língua a outra.

## **Um produto de importação universitária americano**

A *French Theory* não é um conceito, mas um nome: “do que a *French Theory* é o nome?” seria uma outra maneira de formular a questão, que é minha, para retomar transformando o título formulaico de um ensaio, de uma outra figura desse conjunto com contornos indistintos e móveis: Alain Badiou (BADIOU, 2009). Ninguém sabe quem forjou esse nome, nem quem o empregou pela primeira vez. Em um livro lançado em 2005, François Cusset usou este nome para explorar a recepção de certos pensadores franceses do outro lado do Atlântico, como indica seu título: *French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze et cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis* (CUSSET, 2005). Emerge da leitura desse ensaio (que propõe uma aproximação a qual qualificarei de história intelectual) que a *French Theory* é um produto de importação estadunidense.

É incontestável que a geração dos autores da dita “teoria francesa” foi largamente atraída pelos Estados Unidos, e isso por razões múltiplas. Não tomarei mais que um exemplo, talvez o mais emblemático, o de Jacques Derrida, que atravessa o Atlântico pela primeira vez em 1956, quando acabava de ser admitido na agregação de filosofia, e fica em Harvard durante um ano como *special auditor*. É na Widener Library que ele lê James Joyce pela primeira vez; é em Cambridge que começa a tradução e a introdução de *L’Origine de la géométrie*. Ele não deixará, após esta data, de viajar muito regularmente aos Estados Unidos para ensinar. A partir de 1975, Jacques Derrida ocupará cargos de professor visitante em prestigiosas universidades americanas, de Yale à Cornell passando por UC Irvine onde ensinará por muito tempo, e onde estão hoje depositados seus arquivos.

Citarei mais um exemplo, não menos significativo, o de Philippe Lacoue-Labarthe e de Michel Foucault que se viram ensinando no mesmo ano, em 1983, no mesmo campus californiano da Universidade de Berkeley, para estudantes que podiam seguir em paralelo durante o mesmo semestre os seminários de dois dos filósofos franceses mais reconhecidos de seu tempo. Esses exemplos não são simples anedotas: eles testemunham o fato de que a filosofia francesa dos anos 1980 acontecia na América, tinha encontrado como lugar, senão como refúgio, o continente norte-americano. Lembremos que vários destes pensadores, como era o caso particularmente de Jacques Derrida, encontravam-se em situações institucionais complicadas, para não dizer paradoxais: internacionalmente conhecido e reconhecido, Derrida nunca conseguiu obter um posto de professor em uma universidade francesa.

Outra ilustração desse acontecimento do pensamento francês nos Estados Unidos, o encontro de Jacques Lacan e Jacques Derrida em Baltimore em outubro de 1966. A ocasião era a conferência organizada por René Girard, Eugenio Donato e Richard Macksey intitulada *The Languages of Criticism and the Sciences of Man*, conferência da qual participam além de Lacan e Derrida, Jean-Pierre Vernant, Jean Hippolyte, Tzvetan Todorov e para a qual Foucault, Lévi-Strauss e Deleuze tinham sido igualmente convidados, mas não haviam podido estar presente. O objetivo buscado por seus organizadores era o de introduzir o estruturalismo em território americano. A respeito disso, poder-se-ia sustentar que o pós-estruturalismo nasceu diante de um auditório universitário americano em 1966. Se a certidão de nascimento da *French Theory* foi incontestavelmente emitida nos Estados Unidos, a filosofia francesa dos anos 1960 a 1980 fez mais que apenas exportar-se para o outro lado do Atlântico: ela tomou forma, uma forma não institucional, mas que é para ser entendida no sentido fenomenológico do termo. Ela surgiu, e surgiu por si mesma, pelo menos em parte, em um contexto

acadêmico estrangeiro. Se voltamos à conferência de 1966, podemos legitimamente nos perguntar se o vocábulo *French Theory* não é um nome de fachada para designar o “pós-estruturalismo”, categoria com a qual muitos dos pensadores ditos da *French Theory* tiveram problemas a partir mesmo de quando foram colocados sob essa bandeira. A “teoria francesa” seria assim o nome de outra coisa que não ela mesma, um nome colocado no lugar de um outro, por razões a serem elucidadas.

### **Produto de contrabando**

Produto de importação, surgido bem longe do continente europeu e do território francês, a *French Theory* é igualmente um produto de contrabando. Ela é inseparável, no contexto universitário americano, da recepção da filosofia continental, francesa, mas igualmente alemã. A “teoria francesa” é, assim, a história de um encontro entre os intelectuais franceses que experimentaram a necessidade de se exportar para difundir seu trabalho e jovens universitários, doutorandos, professores americanos tendo encontrado um interesse científico, mas também estratégico - e político - para acolhê-los e promover seu pensamento. Isso, do qual a *French Theory* é o nome, situa-se na passagem da recepção, pela tradição americana, da tradição alemã. A complicação vem de que essa recepção passou, ao menos em parte, por leituras francesas. O que muitos dos filósofos que pertencem supostamente à “teoria francesa” têm em comum, é que são grandes leitores e comentadores da filosofia alemã: Derrida ilustrou-se assim pelo seu comentário de Husserl e de Heidegger, Foucault por sua leitura de Kant, Jean-Luc Nancy por seu trabalho sobre Hegel, Deleuze por seu livro sobre Nietzsche, Philippe Lacoue-Labarthe por sua recepção de Hölderlin e de Heidegger etc.

A *French Theory* permitiu “passar” no duplo sentido do termo - no sentido de transmitir, mas também de passar por baixo do pano, de maneira oculta e equívoca - uma tradição filosófica sob o pretexto de outra. Neste sentido, pode-se dizer que a “teoria francesa” é um produto de contrabando.

A América representava, para certos filósofos dos quais falei, um continente caracterizado – sem dúvida erroneamente - por sua relativa virgindade filosófica. A violenta controvérsia filosófica que opôs Jacques Derrida a John Searle<sup>5</sup>, filósofo americano da tradição analítica, sobre a interpretação da performatividade austiniana<sup>6</sup>, pode ser relida sob o prisma

---

<sup>5</sup> A tradução, nos Estados Unidos, do artigo de Jacques Derrida «Signature événement contexte» (ensaio que conclui o livro *Margens da filosofia*), provocou uma viva réplica do professor americano. Derrida respondeu, por sua vez, em um longo ensaio intitulado *Limited Inc.*

<sup>6</sup> J. Austin, 1970 [1962], *Quand dire c'est faire*, Paris, Seuil.



do fantasma francês – que não foi o único feito de Derrida - de uma tradição americana se não existente, ao menos menor. A *French Theory* frequentemente dá origem a um cenário de explicação em três termos, como o prova o exemplo dessa disputa entre Searle e Derrida em torno do nome de John Austin. De qualquer forma, com esta notável exceção, Derrida não menciona a filosofia americana, não se refere a ela, parece ignorá-la completamente. O que resta não é menos que o que a *French Theory* nomeia - o que aliás nenhum universitário americano saído das *humanities* ignora - é uma luta mais ou menos travada entre filosofia continental e filosofia analítica. Notar-se-á de passagem que essa maneira francesa de abordar a América filosófica como “terra incógnita” reitera o sonho europeu inicial - colonial - de uma América descoberta, *newfound land*, terra nova, mesmo que esse gesto se inscreva em um contexto de dominação imperial notavelmente econômico e geoestratégico da América sobre a Europa. A relação dos filósofos franceses com o continente americano é assim tingida de uma certa ambivalência. Derrida, que foi até identificar a desconstrução e a América<sup>7</sup> em uma célebre asserção, parece retomar-se no mesmo texto para qualificá-la mais em termos de “transferências<sup>8</sup>” que em termos de lugar próprio.

A cartografia da recepção da “teoria francesa” no continente americano pode ser rapidamente esboçada porque não concerne todos os Estados, nem todo o país: da costa Leste, de Yale onde os filósofos franceses e particularmente Derrida podiam contar com a presença de Paul de Man, passando por Johns Hopkins cujo nome foi anteriormente citado, até Cornell onde Jonathan Culler muito precocemente apresentou a obra de Jacques Derrida, depois à Universidade de Nova Iorque onde numerosos pensadores franceses ensinaram ou deram conferências, até as universidades da costa Oeste, UC Berkeley, UCLA, UC Irvine, onde o pensamento francês recebeu e recebe ainda hoje o melhor dos acolhimentos, até Northwestern University e DePaul em Chicago. A recepção da *French Theory* foi acompanhada de efeitos geracionais e institucionais nos departamentos de literatura comparada, os departamentos de filosofia nos Estados Unidos estando todos, quase sem exceção, consagrados ao estudo da tradição analítica: muitos acadêmicos americanos construíram assim seus trabalhos e suas carreiras acadêmicas na esteira da desconstrução, da crítica dos trabalhos dos filósofos franceses com os quais tinham relações de trabalho

---

<sup>7</sup> “A América, é a desconstrução” (DERRIDA, 1998, p. 41).

<sup>8</sup> “Mas há um lugar próprio, há uma história própria para essa coisa? Acredito que há nela apenas transferência, e um pensamento da transferência, em todos os sentidos que essa palavra toma em mais de uma língua, e em primeiro lugar transferência entre as línguas. Se eu tivesse que arriscar, Deus me livre, uma só definição da desconstrução, breve e elíptica, econômica como uma palavra de ordem, eu diria sem frase: *mais de uma língua*. Isso não é uma frase de fato. É sentencioso, mas não tem sentido, pelo menos como o quer Austin, as palavras sozinhas não têm sentido (meaning). O que tem sentido é a frase (sentença). Quantas frases podemos fazer com ‘desconstrução’?” (DERRIDA, 1998, p. 38)

e de amizade. Essa geração, se ela se perpetuou e se espalhou, está prestes a se aposentar e abrir caminho para outras, com aproximações teóricas ou metodológicas que não veem necessariamente com olhos tão favoráveis as obras e os autores da dita *French Theory*.

A *French Theory* produz toda sorte de quiprocós, que com Derrida eu seria tentada a chamar de efeitos de indireção. Citarei dois exemplos que dizem respeito à transmissão da tradição: a filosofia de Immanuel Kant é ensinada nos Estados Unidos nos departamentos de alemão, de literatura comparada, de francês, mas não de filosofia – com algumas exceções. A “teoria francesa” tem isso de particular, ela volta por trás, por lá onde não se espera. Do outro lado do Atlântico, muitos dos estudantes franceses atuais têm acesso a Roland Barthes ou Michel Foucault pela leitura de Judith Butler, de Gayatri Spivak ou d’Homi Bhabha. Esta ironia do destino, longe de ser efeito do acaso, me parece inscrita na estrutura mesma do que se chama *French Theory* que, por não ser unificada, nem coerente, não se inscreve menos em uma filiação indireta e uma comunidade paradoxal, ponto que eu gostaria agora de abordar.

## **Cena crítica de leitura**

A questão de saber se a *French Theory* existe para além do contexto universitário norte americano permanece sem solução, até porque a dita “teoria francesa” não representa um corpus unificado e consensual. Os filósofos dados como aqueles que compõem este movimento não compartilham aproximações metodológicas comuns, nem mesmo temas comuns. Não há nada entre eles que se pareceria com uma comunidade de pensamento ou de prática. Estamos no direito então de nos perguntar o que os ligou, além de sua contemporaneidade ou de seu pertencimento, para alguns, a uma mesma geração filosófica. A resposta que sou tentada a propor é um paradoxo somente na aparência: o que os ligou é o que os opôs. Entre eles aconteceram cenas agonísticas de leitura, disputas interpretativas das quais algumas permaneceram célebres, outras mais confidenciais. Evocarei duas que me parecem significativas do modo de existência da *French Theory*, senão em relação a objetos e conceitos comuns, ao menos em torno de textos compartilhados. A “teoria francesa” pode ser visualizada como uma arena na qual se confrontam posições de leitura que se marcam e se afastam umas das outras em uma dramaturgia do comentário e da crítica do comentário filosófico que, se não é nova na história da filosofia, não é menos singular. A teoria francesa poderia se definir a este respeito como “crítica da

crítica”, para retomar a expressão de Marx e Engels<sup>9</sup>. É o caso da célebre leitura em forma de controvérsia da novela de Edgar Allan Poe *A Carta Roubada*, que opôs durante quase trinta anos Jacques Lacan e Jacques Derrida. De fato, em um de seus primeiros seminários, o psicanalista francês tentou extrair as lições psicanalíticas do texto de Poe e, em 1966, colocou no início de seus *Écrits* (LACAN, 1966) o dito “Seminário Sobre a Carta Roubada”. Em 1980, em *La Carte Postale* (DERRIDA, 1980). Jacques Derrida criticou de maneira muito precisa e muito viva a leitura lacaniana do texto literário, qualificando seu gesto de metafísico.

A cena crítica em questão é uma cena com três protagonistas que assume a forma do que Jean-Louis Fabiani apropriadamente chamou de *Leçon de lecture* (FABIANI, 2007). Tomarei um segundo exemplo, não menos paradigmático, que opôs desta vez Michel Foucault e Jacques Derrida por textos interpostos em torno de um terceiro texto canônico: uma passagem da primeira das *Meditações Metafísicas* de René Descartes.

Mas, ainda que os sentidos nos enganem às vezes, no que se refere às coisas pouco sensíveis e muito distantes, encontramos talvez muitas outras das quais não se pode razoavelmente duvidar, embora as conhecêssemos por intermédio deles: por exemplo, que eu esteja aqui, sentado junto ao fogo, vestindo um roupão, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta natureza. E como poderia eu negar que estas mãos e este corpo sejam meus? A não ser, talvez, que eu me compare e esses insensatos; de quem o cérebro está de tal modo perturbado e ofuscado pelos negros vapores da bile, que constantemente asseguram que são reis, quando são muito pobres; que estão vestidos de ouro e de púrpura, quando estão inteiramente nus; ou imaginam ser jarros ou ter um corpo de vidro. Mas quê? São loucos, e eu não seria menos extravagante, se me guiasse por seus exemplos (DESCARTES, 1953, p. 268).

Em sua tese de doutorado publicada em 1961, Michel Foucault sustenta que Descartes traça neste texto uma linha divisória entre os erros dos sentidos e outras quimeras de sonhos de um lado e, de outro lado, as extravagâncias da loucura. Essas linhas marcam para Foucault a expulsão da loucura para além dos limites da razão, expulsão anunciadora do “grande confinamento” (FOUCAULT, 1972a, p. 56) que virá segundo a tese foucaultiana exposta no segundo capítulo.

Em 4 de março de 1963, em uma sessão do *Collège philosophique de Jean Wahl*, Derrida atacou aquele que foi seu professor na *École Normale Supérieure*, alguns anos

---

<sup>9</sup>“Crítica da Crítica” é o subtítulo do primeiro panfleto assinado pelos dois autores e publicado originalmente em 1845: *A Sagrada família ou a crítica da Crítica crítica*.

mais velho<sup>10</sup>. Neste texto Derrida dá a Foucault uma verdadeira lição de leitura: se a loucura parece estar, em um primeiro momento, afastada pela hipótese do *malin génie* é, segundo ele, para melhor reinstalar a possibilidade da loucura no centro do dispositivo do inteligível. O que Derrida recusa em última instância é a historicização da hipótese do *malin génie* por Michel Foucault. Ele contesta a maneira do autor de *Folie et déraison* não considerar a história do *logos* antes da Idade Média: a estrutura de exclusão que Foucault identifica na idade clássica é, segundo ele, uma repetição da vitória socrática e dialética sobre a *húbris* de Cálicles. Interrogando o impensado da tese foucaultiana, Derrida busca determinar a parte reservada à filosofia nessa estrutura histórica total. Segundo ele, a primeira meditação não é uma expulsão sumária da possibilidade da loucura para fora do próprio pensamento: aquilo de que Descartes fala não é da loucura no sentido psiquiátrico do termo, mas da extravagância. O argumento no qual se sustenta a demonstração derridiana é que o cogito vale mesmo eu sendo louco, mesmo se meu pensamento é louco de lado a lado: “Que je sois fou ou non, *Cogito sum*” (DERRIDA, 1967b, p.86).

A réplica de Foucault fez-se esperar: apareceu em 1971 na revista japonesa *Paideia* por ocasião de um número especial consagrado às ligações entre seu trabalho filosófico e sua relação com a literatura, sob o título *Mon corps, ce papier, ce feu* e foi republicada na nova edição francesa de *Histoire de la folie* em 1974 (FOUCAULT, 2001 [1972b]). Foucault sustenta que a comparação com a loucura é capital no argumento cartesiano e recusa a leitura derridiana por não levar em conta a meditação como evento discursivo.

A resposta de Foucault é esclarecedora, particularmente sobre um ponto que interessa à questão da suposta comunidade dos autores da “teoria francesa”: sua crítica ao caráter exageradamente textualista da leitura derridiana.

Eu não direi que é uma metafísica, a metafísica ou seu encerramento que se esconde nessa “textualização” das práticas discursivas. Irei muito mais longe: direi que é uma pequena pedagogia historicamente bem determinada que de maneira muito visível, se manifesta. Pedagogia que ensina ao aluno que não há nada fora do texto, mas que nele, em seus interstícios, em seus espaços em brancos e seus não-ditos, reina a reserva da origem; que não é, portanto, absolutamente necessário procurar em outro lugar (FOUCAULT, 1972b, p. 1135)

E, de fato, Derrida em sua crítica pretendia, como escreve, “praticar o gênero do comentário” (DERRIDA, 1967b, p. 55) sobre o texto de Foucault. O terreno sobre o qual se afrontam *in fine* os dois pensadores é o do estatuto do texto que opõe o autor de *De la*

---

<sup>10</sup> O texto da conferência foi lançado com o título *Cogito et histoire de la Folie* em 1964 na revista *Revue de Métaphysique et de morale* (1963) e em 1967 em *L'Écriture et la différence*.

*grammatologie* (DERRIDA, 1967a) ao da *Archéologie du savoir* (FOUCAULT, 1969). A querela não é negligenciável, mesmo que pareça se relacionar a uma série de detalhes.<sup>11</sup> O arquiconceito da escrita derridiana parece ser inconciliável com o enunciado foucaultiano considerado como condição enunciativa do dito. A história dos enunciados como descoberta por Foucault, entra em conflito aberto com a textualidade generalizada sustentada por Derrida. Para retomar as palavras de Foucault na introdução à primeira edição de *Folie et déraison – Histoire de la folie à l’Age classique* [História da Loucura na Idade Clássica], “*De langage commun, il n’y en a pas; ou plutôt il n’y en a plus*” [Linguagem comum não há; ou antes, não há mais] (Foucault, 1961, p. ii). O conflito é intransponível, as posições irreduzíveis uma à outra e, no entanto, centrais à cada um dos discursos filosóficos de seus autores: o texto cartesiano é o lugar de um confronto que permite esclarecer a posição de um em relação ao outro e elucidar mais adiante sua relação com seu próprio pensamento.

Em um capítulo intitulado *À quoi reconnaît-on le structuralisme? (Em que se pode reconhecer o Estruturalismo?)* (DELEUZE, 1994, p. 293-329) - tirado do último tomo de uma obra coordenada por François Châtelet, Gilles Deleuze distingue seis critérios definidores do estruturalismo. Notar-se há com interesse que muitos desses critérios poderiam igualmente ser aplicados à *French Theory*. O primeiro critério isolado por Deleuze é, assim, o da descoberta da ordem simbólica e do reconhecimento da linguagem como objeto estrutural. Quanto aos critérios três e quatro, consistem no reconhecimento do conceito de singularidade e da diferença. De acordo com o sexto e último critério, que parece vir ajeitar o conjunto e, por assim dizer resumi-lo, a estrutura é definida como resultante de um objeto ou elemento paradoxal que Deleuze metaforicamente compara a um compartimento vazio. Ele pensa a estrutura como uma organização de um elemento não sistematizável. E de fato, o paradigma do compartimento vazio permite nomear a mola mestra de muitos anti-sistemas filosóficos da “teoria francesa”: se pensarmos no objeto *a*, objeto causa do desejo no ensino de Jacques Lacan, ou no quase-conceito de suplemento, exposto pelo autor de *De la grammatologie*. Os pensadores da *French Theory* abrem espaço para o vazio, reservam uma dimensão para o desconhecido, poupam uma realidade para o impensado. No fim do capítulo, Deleuze confessa a motivação de seu trabalho classificatório: ele desejava dar conta dos ecos e ressonâncias entre obras e autores que julgava, por outro lado, “muito independentes uns dos outros, explorando, no entanto, campos muito diversos” (*ibid.*, p. 328)

---

<sup>11</sup> “Meu ponto de partida pode parecer delgado e artificial”, escreve J. Derrida (1967<sup>a</sup>, p. 2)

## A herança da *Kritische Theorie*

Terminarei me perguntando sobre um ponto: porque não chamar a *French Theory* simplesmente de “filosofia francesa da última metade do século XX?” Parece haver uma razão para isso que não coincide com as questões da política universitária americana. O vocábulo “teoria” tem uma origem alemã - e conheceu um exílio americano - que merece ser brevemente retrçado. A *French Theory* é a irmã mais nova, senão a afilhada, da *Kritische Theorie* (Teoria Crítica) de Theodor Adorno e Max Horkheimer, ambos pensadores da Escola de Frankfurt. A Escola de Frankfurt é, lembremos, o nome dado, a partir dos anos 1950, a um grupo de intelectuais reunidos em torno do Instituto de Pesquisa Social fundado em Frankfurt em 1923, intelectuais alemães que fugiram do regime de Hitler e se exilaram, na maior parte, nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Essa *Kritische Theorie* foi definida pela primeira vez por Max Horkheimer em 1937, em um livro intitulado *Théorie Traditionnelle et théorie critique* (*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*) (1937). A *Kritische Theorie* parece ter inaugurado o gesto crítico do qual procede a *French Theory*: essa “teoria” se nomeia crítica porque pretende iniciar uma crítica da sociedade na esteira da décima primeira tese sobre Feuerbach formulada por Karl Marx em 1845, e segundo a qual “os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo” (MARX, 1845). O nome “crítica”, *kritisch*, tem uma ressonância marxista sob a pluma dos filósofos da Escola de Frankfurt. A função da filosofia, segundo Marx, estava caduca. Cabia à crítica assumir o controle. O subtítulo do *Capital*, “Crítica da economia política”, não deixa de expressar esta ruptura terminológica que Marx julgava indispensável a uma transformação do estatuto do pensamento: desse ponto de vista, não seria ilegítimo considerar as figuras de Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Georg Lukács como os antepassados alemães da *French Theory*. Seus passos e suas abordagens pós-hegelianas e pós-marxistas inspiraram incontestavelmente os defensores do que não é uma “escola francesa” estabelecida, como foi o caso da Escola de Frankfurt.

Para se convencer, basta considerar o trabalho “crítico” (cuja inspiração neste caso é igualmente de ascendência kantiana) que orientou a escrita de Michel Foucault em sua tese de doutorado, publicada sob o título de *Histoire de la folie à l'âge classique* [*História da Loucura na Idade Clássica*], e os efeitos gerados por esta publicação: a tese foucaultiana sustentou e acompanhou o movimento anti-psiquiátrico dos anos 1960 e 1970. Há, nos autores da “teoria francesa”, uma consideração da alteridade social e uma relação com o político, que respondem de maneira distante, mas precisa, à injunção da

décima primeira tese sobre Feuerbach, que fez emulações somente com os leitores de tradição marxista, mas sacudiu igualmente a consciência de mais de um filósofo.

O autor de *Spectres de Marx* (DERRIDA, 1993), ele mesmo, Jacques Derrida, que foi constantemente criticado por não ter abraçado o ideal comunista era, a sua maneira, um leitor atento da obra de Marx. Notemos que os pais da *Kritische Theorie* tinham sido eles mesmos acusados pelos marxistas ortodoxos de revisionismo por terem misturado em seus trabalhos elementos saídos da análise marxista com outros métodos ou conceitos provenientes da sociologia ou da filosofia. Os marxistas ortodoxos tinham razão ao menos em um ponto: a *Kritische Theorie* pode se caracterizar *a minima* pela via negativa de imediato como impura, *unrein* (para retomar o adjetivo alemão).

De fato, ainda mais que o hibridismo ou o ecletismo, é a noção de impureza tanto disciplinar quanto política que parece a mais apropriada para definir a abordagem heurística da *Kritische Theorie* e do que chamam de “teoria francesa”. Como sua ilustre antepassada, os autores da dita “French Theory” não se limitaram à leitura da história da filosofia, mas se abriram ao estudo das ciências sociais e humanas, da história e da crítica literária. Adorno e Horkheimer, de fato, concebiam o que se ensina hoje no mundo anglófono sob o nome de *critical theory* como um meio de aumentar a compreensão da sociedade com a finalidade de transformá-la, compreensão que implicava o concurso das ciências sociais e humanas indo da geografia à economia, passando pela economia, a sociologia, a história, a ciência política, a antropologia, a psicologia e a psicanálise. Nem Michel Foucault nem Jacques Derrida reivindicavam, aliás, o título de “filósofo” que lhes parecia, de muitas maneiras, não dar conta de seu trabalho “fora da pista”. O método arqueológico desenvolvido por Foucault, que o fundo Foucault recentemente adquirido pela Biblioteca Nacional da França permite elucidar, consistiu na leitura (e na organização em fichas sistemáticas) de um corpus largamente extra filosófico de pensadores saídos de disciplinas tão variadas quanto heterogêneas, assim como na consulta de fundos de arquivos nacionais, departamentais e municipais que seus pares não têm o costume de ir examinar. Foucault contestou o privilégio que tinham os historiadores aos calhamaços e aos registros – não sem atrair, aliás, a fúria destes – pela redação de muitas de suas obras, de *La Naissance de la clinique* (FOUCAULT, 1963) aos seminários do *Collège de France* de 1970 a 1983, passando por *Histoire de la folie à l’age classique* (FOUCAULT, 1972a). É na literatura – em um parágrafo do primeiro tomo de *Confessions* de Jean-Jacques Rousseau – que Derrida descobriu o famoso e “perigoso suplemento” (DERRIDA, 1967a, p. 203), sobre o qual se apoia a demonstração da lógica de repressão e secundarização da escrita tal como se enuncia historicamente em *De la grammatologie* em 1967. Não é

de se espantar que seja em um texto literário, e na contínua relação com a literatura, que Derrida encontra o lugar e a instância não original da desconstrução: a metafísica desde Platão, da maneira como a relê, é entendida como banimento de todo uso literário - não unívoco – da língua e de toda escrita.

Na perspectiva da *Kritische Theory* e do que eu seria tentada a chamar de “pensamento francês” mais do que de *French Theory*, a substituição do vocábulo de “filosofia” pelo de “teoria” nos parece fazer sentido plenamente, e ganhar sua razão de ser tanto política quanto epistemologicamente. O pensamento francês é tudo menos uno e indivisível: ele não é um movimento, dificilmente um aglomerado, mas uma série de obras eminentemente singulares que tiveram entre si relações agonísticas tão ferozes quanto fecundas. Gostaria de concluir citando um verso de Stéphane Mallarmé cuja leitura terá inspirado mais de um filósofo francês do século XX, a começar por Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan: “RIEN N’AURA EU LIEU QUE LE LIEU” [“Nada terá tido lugar, senão o lugar”] (MALLARMÉ, 1945, p. 474-475). Esse verso tirado do *Coup de dés [Lance de dados]*, impresso em maiúsculas, resume o acontecimento do pensamento francês, se há um, um acontecimento no futuro anterior de um ter-lugar no devir. O pensamento francês terá de fato dado lugar a uma série de disputas filosóficas mais ou menos abertas que terão assumido, na ocasião, as espécies paradigmáticas de uma *scène de lecture* - de uma cena crítica de interpretação em forma de lição de leitura.

## BIBLIOGRAFIA

BADIOU, Alain. *De quoi Sarkozy est-il le nom?* Paris: Lignes, 2009.

CASSIN, Barbara et al., *Vocabulaire européen des philosophies*. Paris: Seuil, 2004.

CASSIN, Barbara. *Dictionary of Untranslatables. A Philosophical Lexicon*. Tradução Apter, Emily, Lezra, Jacques, Wood, Michael, et al., Princeton: Princeton UP, 2014.

CUSSET, François. *French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze et Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis*. Paris: La découverte, 2005.

DESCARTES, René. *Méditations métaphysiques*, Paris: Gallimard, 1953.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*, Paris: Presses universitaires de France, 1965

DELEUZE, Gilles. À quoi reconnaît-on le structuralisme? in: CHÂTELET, François et al., *La Philosophie au XXe siècle*. Tome 4. Paris: Marabout, 1994. p. 293-329.

DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*, Paris: Les Éditions de Minuit, 1967a.

DERRIDA, Jacques. Cogito et histoire de la folie. in: *L’Écriture et la différence*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967b. p. 51-97.

DERRIDA, Jacques. *Marges: de la philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.



- DERRIDA, Jacques. Le facteur de la vérité, in: *La Carte postale*. Paris: Flammarion, 1980. p.441-524.
- DERRIDA, Jacques. *Mémoires – pour Paul de Man*. Paris: Galilée, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *Du droit à la philosophie*. Paris: Galilée, 1990a.
- DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Paris: Galilée. 1990b.
- DERRIDA, Jacques. *Spectres de Marx*. Paris: Galilée, 1993.
- DERRIDA, Jacques. *Le Monolinguisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996.
- FABIANI, Jean-Louis. “Disputes, polémiques et controverses dans les mondes intellectuels. Vers une sociologie historique des formes de débat agonistique. Société d’études soréliennes, Mil neuf cent. Revue d’histoire intellectuelle, 1, n° 25, p. 45-50.
- FOUCAULT, Michel. Introduction. In: *Folie et déraison. Histoire de la folie à l’âge classique*. Paris: Plon, 1961. p. i-xi.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique*. Paris: Presses universitaires de France, 1963.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Folie à l’Âge Classique*. Paris: Gallimard, 1972a.
- FOUCAULT, Michel. Mon corps, ce papier, ce feu. In: *Dits et écrits: 1954-1975*. Paris, Gallimard, 2001. p. 1113-1136.
- FOUCAULT, Michel. *L’Archéologie du savoir*. Paris, Presses universitaires de France, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Qu’est-ce que les Lumières? In: *Dits et écrits: 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2013. p. 1498-1506.
- GIRARD, René; DONATO, Eugenio; MACKSEY, Richard. *The Structuralist Controversy, The Languages of Criticism and the Sciences of Man*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1972.
- HORKHEIMER, Max. *Théorie traditionnelle et théorie critique*. Paris: Gallimard, 1996.
- KANT, Emmanuel. *Le Conflit des Facultés*. Trad. Jean Gibelin. Paris: Vrin, 1935.
- LACAN, Jacques. Séminaire sur La lettre volée, in: *Écrits*. Paris: Seuil, 1966. p.11-61.
- MALLARMÉ, Stéphane. Un Coup de dés, in: *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1945. p. 457-477.
- MARX, Karl. *Les Thèses sur Feuerbach*. Paris: Presses universitaires de France, 1987.
- MARX, Karl. *Le Capital*. Livre I, sections I à IV, Paris: Flammarion, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La Sainte Famille ou critique de la critique*. Paris, Éditions sociales, 1972.
- NANCY, Jean-Luc. Hegel. *L’inquiétude du négatif*. Paris: Hachette, 1997.

### **Bibliografia citada pela autora com edições encontradas em português:**

- CASSIN, Barbara et al. *Dicionário dos intraduzíveis Um vocabulário das filosofias*. Volume um: Línguas. Tradução e organização Fernando Santoro e Luísa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

- CHATELET, François. *História da Filosofia: Ideias e Doutrinas*, volume 8, O Século XX. São Paulo: Zahar Editora, 1973
- CUSSET, François. *Filosofia Francesa: a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & cia*. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. Editora Perspectiva, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *O Monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Tradução Fernanda Bernardo. Chão da Feira, 2016.
- DERRIDA, Jacques. *O Cartão Postal: De Sócrates a Freud e Além*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Tradução Luis Felipe Baeta. Editora Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura: na Idade Clássica*. 1ª edição. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2019
- KANT, Immanuel. *O Conflito das faculdades*. 1ª Edição. Trad. André Rodrigues Ferreira Peres. Petrópolis: Vozes, 2021.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.